

THOMAS E. SKIDMORE

# Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)

*Tradução*

Berilo Vargas



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 1967, 2007 by Oxford University Press, Inc.  
Tradução publicada mediante acordo com Oxford University Press  
e realizada a partir da edição do quadragésimo aniversário, de 2007.

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,  
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

*Titulo original*

Politics in Brazil (1930-1964). An experiment in Democracy

*Capa*

Victor Burton

*Foto de capa*

<completar>

*Pesquisa iconográfica*

Vladimir Sacchetta/ Cia. de Memória

*Preparação*

Leny Cordeiro

*Índice remissivo*

Luciano Marchiori

*Cronologia*

Luis Felipe Kojima Hirano

*Revisão*

Camila Saraiva

Márcia Moura

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Skidmore, Thomas E.

Brasil : de Getúlio a Castello (1930-64) / Thomas E. Skidmore ;  
tradução Berilo Vargas. — São Paulo : Companhia das Letras, 2010.

Titulo original: Politics in Brazil (1930-1964). An experiment  
in Democracy.

ISBN 978-85-359-1770-3

1. Brasil – Política e governo – 1930-1945 2. Brasil – Política e  
governo – 1945-1954 3. Brasil – Política e governo – 1954-1964  
I. Título.

10-10735

CDD-320.98106

---

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Política e governo 320.98106

[2010]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

# Sumário

Lista de abreviaturas e termos usados no texto .....	11
Prefácio à edição do quadragésimo aniversário .....	13
Prefácio do autor à edição do quadragésimo aniversário .....	23
Introdução .....	31
I. A era Vargas: 1930-45	
1930: a revolução da elite .....	36
A coalizão “revolucionária” de 1930 .....	41
Novas forças políticas: 1930-5 .....	45
O colapso da democracia: 1935-7 .....	54
Novos padrões de governo e política .....	65
Novas orientações em política econômica .....	73
II. O fim do Estado Novo e os anos Dutra (1945-50)	
O ditador perde o controle .....	82
O renascimento da política democrática .....	87
A eleição de 1945 e a Constituição de 1946: um novo Brasil? .....	96
Os anos Dutra .....	98
Vargas retorna .....	107

### III. Uma nova era Vargas: 1951-4

A sociedade brasileira e a questão do desenvolvimento econômico ....	116
Fórmulas para crescer .....	122
Estratégia de política econômica: ortodoxia e nacionalismo .....	127
Focos de oposição: a UDN e os militares .....	135
A crescente tensão social .....	143
1953: uma nova estratégia política .....	147
Tentativa de estabilização econômica .....	150
Vargas negligencia a classe média .....	154
O desdobramento da crise .....	157
Fevereiro de 1954: prova de força .....	162
Ambiguidade e polarização .....	166
Do assassinato ao suicídio .....	171

### IV. Governo interino: 1954-6

Política sem Vargas .....	180
A eleição presidencial de 1955: retorno dos situacionistas .....	183
Posse ou golpe? .....	186
Os militares intervêm: um golpe pela “legalidade” .....	191
Ataque à inflação: conquistas e limitações .....	195

### V. Tempo de confiança: a era Juscelino (1956-61)

A economia da confiança .....	202
Símbolos e estratégias .....	205
Apoio e oposição .....	209
Inflação de novo .....	212
Nacionalismo e desenvolvimento: o difícil diálogo .....	217
Os limites da improvisação .....	221

### VI. Jânio Quadros: interlúdio de agonia (1961)

A ascensão do intruso .....	228
Eleição presidencial: derrota dos situacionistas .....	230
Políticas heterodoxas e apoio duvidoso .....	238
Jânio renuncia .....	241

VII. João Goulart no poder: o impasse prolongado (1961-4)	
De Jânio a Jango: um veto militar? .....	248
Solução conciliatória: presidente parlamentar .....	254
Ganhar tempo .....	258
Jango obtém plenos poderes presidenciais .....	263
O espectro político e os extremistas .....	266
Programas partidários .....	271
Uma experiência de cinco meses: desenvolvimento e reforma .....	277
Combate à inflação .....	282
Questões desagregadoras: capital estrangeiro e reforma agrária .....	287
A falta de firmeza do presidente .....	291
VIII. O colapso da democracia brasileira: 1963-4	
Mobilização e fim do consenso .....	298
Lições da fase Dantas-Furtado .....	301
Ensaio de derrota .....	304
Opções do presidente e oposição conspiratória .....	308
Pressão financeira: sem saída .....	312
Aspirantes a presidente: apoio à política democrática .....	317
A esquerda: dividida e presunçosa .....	321
O destino de um presidente: sexta-feira, 13 .....	329
Da conspiração à “revolução”: a queda de João Goulart .....	339
Epílogo: A busca de uma nova ordem política	
Os vencedores e os vencidos .....	350
Golpe ou revolução? .....	352
O difícil eleitorado .....	355
Desenvolvimento e estabilização versus democracia: o dilema do Brasil? .....	360
Apêndice: O papel dos Estados Unidos na queda de João Goulart .....	369
Agradecimentos .....	379
Cronologia .....	381
Bibliografia selecionada .....	393
Notas .....	397
Índice remissivo .....	467

## Lista de abreviaturas e termos usados no texto

AMFORP — American and Foreign Power Co.

ANL — Aliança Nacional Libertadora

AP — Ação Popular

Arena — Aliança Renovadora Nacional

BNDE — Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico

CGT — Comando Geral dos Trabalhadores

CNI — Confederação Nacional da Indústria

CNTI — Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria

CVSF — Comissão do Vale do São Francisco

Dasp — Departamento Administrativo do Serviço Público

DIP — Departamento de Imprensa e Propaganda

DNOCS — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

Dops — Departamento de Ordem Política e Social

Cepal — Comissão Econômica para a América Latina

Eletrobras — Centrais Elétricas Brasileiras, empresa de capital aberto, controlada pelo governo brasileiro, que atua nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia

FPN — Frente Parlamentar Nacionalista

Ibad — Instituto Brasileiro de Ação Democrática

Ibra — Instituto Brasileiro de Reforma Agrária  
FMI — Fundo Monetário Internacional  
Ipês — Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais  
Iseb — Instituto Superior de Estudos Brasileiros  
MDB — Movimento Democrático Brasileiro  
Novacap — Companhia Urbanizadora da Nova Capital [Brasília]  
PCB — Partido Comunista Brasileiro  
PC do B — Partido Comunista do Brasil  
PDC — Partido Democrata Cristão  
Petrobras — Petróleo Brasileiro SA, sociedade anônima de capital aberto, cujo acionista majoritário é o governo do Brasil  
PL — Partido Libertador  
PR — Partido Republicano  
PRP — Partido Republicano Paulista; também Partido de Representação Popular  
PSD — Partido Social Democrático  
PSP — Partido Social Progressista  
PTB — Partido Trabalhista Brasileiro  
PUA — Pacto de Unidade de Ação  
Salte — Plano coordenado, sem muito rigor, para as despesas do governo federal apresentado em 1948. O nome é formado pelas iniciais de saúde, alimentação, transporte e energia  
SPVEA — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia  
Sudene — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
Sumoc — Superintendência da Moeda e do Crédito  
Sunab — Superintendência Nacional de Abastecimento  
UDN — União Democrática Nacional  
UNE — União Nacional dos Estudantes

## I. A era Vargas: 1930-45



*Getúlio Vargas chega ao Palácio do Catete, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1930. [Acervo Iconographia]*



Em novembro de 1930, o líder de um movimento armado de oposição, Getúlio Vargas, tornou-se presidente provisório do Brasil. Dez dias antes, a cúpula militar depusera o governo do presidente Washington Luiz (1926-30), impedindo-o, portanto, de empossar o candidato (Júlio Prestes) que, pelos resultados oficiais, tinha derrotado Vargas na eleição presidencial de março daquele ano. Pela primeira vez desde o estabelecimento da República em 1889, o candidato “do governo” não conseguira assumir a presidência.

Uma acirrada disputa pela sucessão presidencial não era novidade na história da República Velha (1889-1930).<sup>1</sup> Pela Constituição de 1891, a presidência era o grande prêmio da política nacional. Como o presidente era proibido, constitucionalmente, de substituir a si próprio, havia uma agitação política a cada quatro anos (a duração do mandato presidencial), quando os líderes do partido governante procuravam fazer acordos com os líderes das principais máquinas políticas estaduais para nomear um sucessor. Mas, uma vez decidida, a nomeação equivalia a uma eleição, pois os governadores estaduais tinham o poder de administrar localmente as eleições e não hesitavam em manipular os resultados para cumprir seus acordos pré-eleitorais. Com o apoio dos líderes políticos de um número de estados capaz de assegurar a maioria eleitoral, o candidato que tivesse o apoio do regime em vigor não precisava ter medo de perder. À medida que o século xx avançava e as cidades cresciam, manipular o eleitorado se tornou mais difícil. Mas os resultados nas cidades ainda podiam ser neutralizados pelos “rebanhos” dos chefes políticos do interior (conhecidos como “coronéis”), que mandavam em seus domínios patriarcais com mão de ferro. O sistema político do coronelismo, apesar de estar em declínio devido às mudanças econômicas que enfraqueciam a tradicional estrutura social do interior atrasado do Brasil, ainda era tido como fator importante nas negociações eleitorais de 1929.<sup>2</sup>

O presidente Washington Luiz achou que tinha conseguido apoio suficiente para garantir a eleição de seu candidato à presidência. Os resultados oficiais pareciam confirmar seus cálculos. Júlio Prestes, cujos laços com o presidente eram reforçados pelo fato de ambos serem do estado de São Paulo, recebeu 1 091 709 votos, do total de 1 890 524. Mas a oposição, que fizera campa-

nha sob o rótulo de Aliança Liberal, rejeitou furiosamente o resultado oficial.<sup>3</sup> Os líderes políticos dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que dominavam a aliança oposicionista, ressentiram-se particularmente pela tentativa de Washington Luiz de instalar outro político de São Paulo na presidência.

Após eleições anteriores, especialmente as de 1910 e 1922, os candidatos vencidos tinham alegado fraude na contagem dos votos, além de denunciarem o uso da força, de ameaças e da compra de votos nas urnas. E, por breve período depois que a eleição de Júlio Prestes foi anunciada em abril, pareceu que a oposição limitaria seu protesto a meras acusações verbais. Em 30 de maio, Vargas divulgou um manifesto denunciando as “fraudes e compressões” praticadas pelos cabos eleitorais “cujos truques e ardis a mesma legislação eleitoral estimula e propicia”. Mas o candidato derrotado temperou seu ataque dizendo ainda acreditar que a necessária modificação de “nossos hábitos e costumes políticos” fosse feita “dentro da ordem e do regime”.<sup>4</sup> Alguns revolucionários, entretanto, não estavam tão inclinados a se contentar com palavras, e acabaram organizando uma conspiração para tomar o poder pela rebelião armada. Poucas semanas depois da eleição, jovens radicais como Oswaldo Aranha e Lindolfo Collor procuraram líderes descontentes da Aliança Liberal em Minas Gerais e na Paraíba. Mas de início os patriarcas políticos do Rio Grande do Sul (Borges de Medeiros) e Minas Gerais (Antônio Carlos) foram cautelosos; como nenhum deles queria começar uma revolta, cada um esperou pelo outro.

O acontecimento que catalisou a oposição numa rebelião armada foi o assassinato de seu antigo candidato a vice-presidente, João Pessoa, do estado nordestino da Paraíba. Em 26 de julho, Pessoa tombou vítima das balas do filho de um implacável inimigo político do ex-governador. Sua morte não foi um caso atípico na sangrenta política de clãs que vigorava nos lugares remotos da costa do Nordeste. Naquele tenso momento da política nacional, no entanto, teve efeito traumático, porque Washington Luiz apoiava o grupo político ao qual o assassino estava ligado. Os hesitantes conspiradores da oposição foram levados de roldão na onda de indignação produzida pelos radicais para criar uma atmosfera revolucionária. Borges de Medeiros agora apoiava a revolução e ajudou imensamente no recrutamento de comandantes militares para a conspiração. Organizou-se um comando geral revolucionário sob a chefia do coronel Góes Monteiro. A data da revolta foi marcada para 3 de outubro.<sup>5</sup>

A revolta começou como previsto, com Vargas exortando os rebeldes no Rio Grande do Sul a encabeçar a marcha para o Rio de Janeiro. “Rio Grande, de pé, pelo Brasil! Não poderás falhar ao teu destino heroico!” O “povo” se levantava “para readquirir a liberdade, para restaurar a pureza do regime republicano, para a reconstrução nacional”, anunciou Vargas.<sup>6</sup>

A conspiração recebeu o apoio de políticos da Aliança Liberal, e de um grupo de jovens oficiais revolucionários (tenentes). Se a força dos rebeldes se limitasse a isso, eles teriam constituído ameaça séria mas não mortal para o governo vigente. Com o respaldo dos militares, o presidente Washington Luiz poderia ter imposto seu novo presidente ao país, como o haviam feito regimes anteriores, a despeito de severos protestos da oposição, em 1910 e 1922. Mas enquanto os rebeldes marchavam para o Rio de Janeiro pelo sul (Rio Grande do Sul), pelo norte (Paraíba) e pelo oeste (Minas Gerais), Washington Luiz descobriu que não tinha apoio militar.

O presidente recebera garantias do seu ministro da Guerra, general Sezefredo dos Passos, de que poderia contar com as Forças Armadas para enfrentar os rebeldes. Mas incomodava a muitos generais mais antigos baseados no Rio de Janeiro a perspectiva de uma guerra civil contra o que àquela altura já era um formidável movimento armado de oposição nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O líder dos oficiais dissidentes, general Tasso Fragoso, chefe do Estado-Maior do Exército, explicaria, posteriormente, suas apreensões: “Parecia que uma faísca elétrica havia atravessado a atmosfera política”. O general responsabilizou o presidente “pelo estado de inquietação e desconfiança em que nos encontrávamos. Infelizmente ele enveredara por caminho escabroso e já causara muitos males ao país”. Quanto a apoiar Washington Luiz contra os rebeldes: “Ninguém desejava que seu filho vestisse uma farda e fosse morrer na linha de frente por um homem tão francamente divorciado dos interesses coletivos”<sup>7</sup>

Cerca de três semanas depois de os rebeldes iniciarem sua marcha para o Rio de Janeiro, Washington Luiz ainda não se dera conta de como sua autoridade fora minada. No fim de outubro, a revolta tinha alcançado tal proporção que os generais do Rio resolveram tomar o assunto nas próprias mãos.

Os militares dissidentes, chefiados pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto, avançaram em 24 de outubro dispostos a tomar o poder do presiden-

te e de seus ministros militares. Tasso Fragoso explicou que os comandantes no Rio foram obrigados a agir porque “a agitação explodia em toda parte”, o que para eles representava uma ameaça de uma “revolução nacional como jamais tinham visto”.<sup>8</sup>

Os generais dissidentes divulgaram um manifesto pedindo a Washington Luiz que renunciasse; chegaram a forçar uma entrevista para fazer um apelo pessoal. Confiante, o presidente rejeitou o ultimato. Só depois da intervenção pessoal do cardeal Leme, do Rio de Janeiro, ele se convenceu de que sua posição estava perdida e que devia abandonar o plano de dar posse a Júlio Prestes em novembro.<sup>9</sup>

Uma junta militar governou o Rio de Janeiro de pleno direito durante dez dias, até afinal entregar o poder, em 3 de novembro, a Getúlio Vargas, líder incontestado do movimento de oposição. Qualquer inclinação que tivesse a junta para perpetuar-se no poder fora anulada pela crescente pressão dos rebeldes, cujas forças militares se aproximavam da capital. Em discurso proferido na posse de Vargas como “chefe do Governo Provisório”, o general Tasso Fragoso disse que os militares tinham decidido intervir para que “os brasileiros não continuassem derramando o seu sangue pela vitória de uma causa que não era a da consciência nacional”.<sup>10</sup> Como em 1889, quando a República substituiu o Império, a cúpula militar assumiu o controle num momento crítico, transferindo-o em seguida para um novo grupo de líderes políticos. Em 1930, os comandantes do Exército e da Marinha se viram numa posição que se tornaria cada vez mais familiar na história subsequente do Brasil: o papel de árbitro da política nacional.

A mudança de liderança política trazida pela ascensão de Vargas à presidência ficou conhecida como Revolução de 30. Acontecimentos subsequentes confirmaram a exatidão do nome, pelo menos na esfera política. Na década e meia que se seguiu à chegada de Vargas ao poder, quase todas as características do sistema político e da estrutura administrativa foram submetidas ao zelo reformista. Muitas dessas reformas não passaram de ficções jurídicas. Mas as mudanças postas em prática até 1945 foram suficientes para transformar, irrevogavelmente, o mundo governamental e político que produzira os revolucionários de 1930.

Vista da perspectiva de novembro de 1930, a revolução talvez parecesse apenas mais um capítulo na história das disputas internas da elite em lenta

transformação que dominara a política brasileira desde a independência em 1822. Em certo sentido, essa interpretação era correta. A estrutura social e as forças políticas do Brasil não mudaram da noite para o dia. O país continuava sendo predominantemente rural (mais de setenta por cento dos homens empregados trabalhavam na agricultura em 1920).

Havia dois fatores, entretanto, que distinguiam os acontecimentos de 1930 de todas as disputas de poder anteriores da história da República. Em primeiro lugar, a Revolução de 1930 pôs fim à estrutura republicana criada na década de 1890. Os revolucionários empurraram uma porta aberta, como ficou claro mais tarde, pois a República Velha desabou rapidamente sob o peso de suas divisões internas e a pressão da crise econômica mundial. Em segundo lugar, havia um amplo acordo, antes de 1930, sobre a necessidade premente de uma revisão geral do sistema político. Mas a profundidade da insatisfação com o sistema existente e o caráter pontual das medidas propostas contrastavam bastante, pois a coalizão que se revoltou contra os líderes governantes da República Velha revelou-se muito malcosturada. Alguns revolucionários previam pouco mais que mudanças constitucionais em estrito sentido jurídico. Outros estavam preparados para lutar por ambiciosos planos de mudança econômica e social, envolvendo completa reorganização nacional. Mas havia a vontade comum de experimentar novas formas políticas numa tentativa desesperada de descartar as velhas. O esforço resultou em sete anos de agitada improvisação, incluindo uma revolta regionalista em São Paulo, uma nova constituição, um movimento de frente popular, um movimento fascista e uma tentativa de golpe comunista. Em 1937, um Brasil cansado terminou sua experimentação política e entrou no período de oito anos de governo autoritário do Estado Novo.

O homem que presidiu toda a era de 1930 a 1945 foi Getúlio Vargas. Pouca coisa na história de Vargas antes de 1930 sugeria que ele estivesse prestes a tornar-se a figura dominante da política brasileira nos próximos 25 anos. Seria difícil distinguir a ambição desse homem baixo e gordo apaixonado por charutos da de muitos outros membros da elite política da República Velha. Ele nasceu em 1883 numa rica família de criadores de gado do Rio Grande do Sul, perto da fronteira da Argentina, onde a tradição de guerras fronteiriças ainda estava viva. Vargas primeiro ingressou na carreira militar, mas depois de breve período como cadete passou a estudar direito, formação diletta dos políticos

brasileiros. Depois de uma curta carreira de advogado no Rio Grande do Sul, deu os primeiros passos na política estadual, e em 1924 se tornou deputado federal. Subiu rapidamente no mundo político do Rio de Janeiro, chegando a ministro da Fazenda do governo de Washington Luiz em 1926. O Ministério da Fazenda fora “reservado” para o Rio Grande do Sul, e Vargas, como líder da bancada de seu estado no Congresso, era a escolha lógica para o cargo. Apesar de ter sido ministro menos de dois anos, Vargas adquiriu valiosa experiência política em nível ministerial numa época em que o novo presidente reorganizava radicalmente a política financeira do governo nacional.

Em 1928, Vargas foi chamado de volta ao Rio Grande do Sul para se tornar governador, terminando dessa forma sua associação com as políticas econômicas federais, que logo se tornariam desastrosamente impopulares. Vargas se tornou governador sob a égide de Borges de Medeiros, de longa data líder político do Rio Grande do Sul, impedido por recente acordo político de suceder a si próprio. Ao assumir o mais alto cargo de seu estado natal, Vargas não tardou a demonstrar extraordinária capacidade para unir facções políticas rivais. Foi esse talento, mais do que qualquer outro, que manteve Getúlio em seus primeiros anos de poder no Rio de Janeiro. Outros talentos só se tornariam óbvios mais tarde.<sup>11</sup>

## A COALIZÃO “REVOLUCIONÁRIA” DE 1930

O entendimento da política brasileira depois de 1930 requer uma análise mais atenta da coalizão heterogênea que fez a Revolução de 1930.

Há que se fazer uma divisão básica entre os revolucionários e os não revolucionários que apoiavam a mudança de poder. Embora nem mesmo os revolucionários, como grupo, tivessem um programa claro, podem-se distinguir duas grandes posições.<sup>12</sup> Primeiro, havia os constitucionalistas liberais, que queriam pôr em prática os clássicos ideais liberais — eleições livres, governo constitucional e plenas liberdades civis. A posição liberal-constitucionalista era mais forte no estado de São Paulo, e encontrou seus defensores mais firmes na pequena, mas cada vez mais numerosa, classe média de algumas grandes cidades. Seu mais distinto precursor durante a República Velha foi Rui Barbosa, cuja frustrada campanha contra o candidato do governo em 1910 foi o